
Clipping n° 1173

, 17 Junho 2013 - 12:44:51

Indústria paulista encerrar á 2013 com at é 30 mil novos empregos A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) divulgaram ontem, 13/06, a pesquisa "Nível de Emprego do Estado de São Paulo" na qual mostra que a indústria paulista criou 3,5 mil empregos no mês de maio, em comparação com as contratações ocorridas em abril. A pesquisa da Fiesp e do Ciesp mostrou ainda que das 36 regiões analisadas, 19 apresentaram quadro positivo, nove ficaram negativas e oito regiões encerraram o mês estáveis. Confira a íntegra da pesquisa no site da federação. Fiesp

Regulamentação da terceirização não poderá ser votada no dia 9 de julho Na reunião desta terça (11), a Comissão de Justiça adiou para o dia 9 de julho a votação do substitutivo do deputado Arthur Maia (PMDB-BA) ao PL 4.330/04, que regulamenta a terceirização do trabalho no país. O acordo firmado pelas lideranças sindicais, em especial as centrais, com a bancada empresarial, que possui maioria no colegiado, resultou na leitura do relatório elaborado pelo deputado Arthur Maia e na concessão de vista coletiva. Com isto, as demandas das centrais sindicais e dos parlamentares que ainda não foram contempladas no projeto da terceirização não poderão ser tratadas em voto em separado, que somente será votada caso o parecer do deputado Arthur Maia seja rejeitado pela CCJ.

A vista conjunta foi apresentada aos deputados Assis Melo (PCdoB-RS), Chico Alencar (PSol-RJ), José Genoino (PT-SP), Laércio Oliveira (PR-SE), Luiz Couto (PT-PB), Onofre Santo Agostini (PSD-SC) e Sandro Mabel (PMDB-GO). **Substitutivo** O substitutivo é um longo parecer no qual o relator analisa as alterações sugeridas ao PL 4.330/04 em discussão na CCJ. O deputado Arthur Maia não alterou a proposta, sobretudo nos dois quesitos com maior atrito entre trabalhadores e empresários: a terceirização da atividade-fim e a questão da responsabilidade da contratante. Assim sendo, neste particular, o relator manteve o texto do substitutivo que diz textualmente: "Para usufruir da subsidiariedade, a empresa contratante deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas pela contratada. Se não houver essa fiscalização, a responsabilidade da contratante será solidária". Quanto à atividade-fim, o relator não a diferencia da atividade-meio da empresa. A respeito desse tema, reiteramos que nosso substitutivo estrutura-se não na diferenciação entre atividade-meio e atividade-fim, mas no conceito de especialização, proposto pela comissão especial destinada a promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil e que por nós foi acatado, justificou. E prosseguiu: "conforme já expusemos em nosso parecer, os conceitos de atividade-meio e atividade-fim, na economia moderna, são imprecisos, e, em nosso entendimento, nem mesmo a definição apresentada nas emendas superaram esse obstáculo."

Não a pejotização O substitutivo do relator não resgata a Emenda 3, no qual o trabalhador passa a ser apenas um prestador de serviço. Caso esse dispositivo permanecesse, em lugar de ter o registro na Carteira de Trabalho e receber o salário mediante contracheque, o trabalhador emitiria uma nota fiscal e não teria qualquer direito trabalhista. Seria a chamada empresa de uma pessoa só. A adoção, portanto, da pejotização equivaleria substituir a contratação com direitos trabalhistas e previdenciários, pela compra de serviço, sem qualquer compromisso de ordem social. **Tramitação** O projeto está em fase final de análise na Câmara, já que a posição da CCJ é terminativa. Isto é, se aprovada nesse colegiado, poderá ir direto

para apreciação do Senado (Casa revisora). Isso não ocorrerá caso haja recurso pedindo a votação do projeto no plenário da Câmara. Fonte: DIAP

Congresso: principais matérias aprovadas no decorrer da semana No plenário da Câmara dos Deputados foi aprovado, na quarta-feira (12), a Medida Provisória 608/13, que cria novas opções de capitalização dos bancos, como a obtenção de crédito presumido e a possibilidade de transformar a Letra Financeira em ações, viabilizando a aplicação de regras de Basileia 3. A matéria precisa ser votada ainda pelo Senado. **FPE** A Câmara rejeitou ainda o PLP 266/2013, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que estabelece novas regras para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Para aprovar a proposta, seriam necessários 257 votos, mas foram apenas 218 favoráveis. Houve 115 votos contrários ao projeto. O texto será arquivado. Com isso, a polêmica sobre o novo rateio do fundo continua, pois o prazo final estendido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para resolver a questão acaba no dia 23 de junho. **Comissão de Educação Exercício da profissão de paisagista** Nesta quarta-feira (12), a Comissão aprovou o Requerimento 284/2013, do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), para realização de audiência pública sobre o PL 2.043/11, que regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências. **Ingresso de médicos estrangeiros no Brasil** Aprovou também o Requerimento 288/2013, do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que solicita que sejam convidados a comparecer à Comissão o ministro Aloizio Mercadante, da Educação, Alexandre Padilha, da Saúde, e Antonio Patriota, das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre a possível entrada de médicos estrangeiros no Brasil, sem prestarem o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Estrangeiras (Revalida). **Comissão de Finanças e Tributação** **Fatura específica para gorjeta** A Comissão aprovou o PL 6.787/2010, do deputado Glauber Braga (PSB-RJ), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as operadoras de cartão de crédito ou débito colocarem disponível aos clientes de bares, restaurantes, hotéis e assemelhados fatura específica para gorjeta. O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), relator da matéria, apresentou parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. A matéria já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aguarda designação de relator. **Seguro-desemprego durante período do defeso ao pescador profissional** Os deputados votaram ainda o PL 3.271/2008, do deputado Gladson Cameli (PP-AC), que altera o artigo 2º, inciso IV da Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão de benefício de seguro-desemprego durante o período do defeso ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

A matéria permite que outras entidades representativas da categoria dos pescadores artesanais, além das colônias de pescadores, possam emitir o atestado que comprove o exercício da atividade da pesca para concessão do benefício do seguro-defeso.

O relator, deputado Júlio Cesar (PSD-PI) apresentou parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 3.271/2008, do PL 3.580/2008, anexado, e do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Agora a matéria aguarda designação de relator CCJ. **Regras para reajuste periódico dos valores do salário mínimo** Foi aprovado também parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária ao PL 6.776/2006, do então deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), que institui regras para o reajuste periódico dos valores do salário mínimo. O projeto estabelece que os valores do salário mínimo serão reajustados, a partir de março de 2007, pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado, acrescido do índice de produtividade média do trabalho total. O relator é o deputado José Guimarães (PT-CE). Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a matéria teve parecer pela rejeição aprovado, cujo relator foi o deputado Vicentinho (PT-SP). O projeto ainda será

analisado na CCJ. **Forma ç ão t écnico-profissional de adolescentes e jovens** Dentre as propostas apreciadas aprovou o PL 742/2011, do deputado Andr é Figueiredo (PDT-CE) e outros, que altera dispositivos da CLT e da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para incentivar a forma ç ão t écnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gest ão e pr ática de atividades desportivas e à presta ç ão de servi ços relacionados à infra-estrutura, organiza ç ão e promo ç ão de eventos esportivos e d á outras provid ências.

A remunera ç ão de aprendizes portadores de defici ência n ão acarreta a suspens ão do benef ício de presta ç ão continuada. O deputado Osmar J únior (PCdoB-PI), relator do projeto, ofereceu parecer pela n ão implica ç ão da mat éria com aumento ou diminui ç ão da receita ou da despesa p úblicas, n ão cabendo pronunciamento quanto à adequa ç ão financeira e or çament ária do PL 742/2011 e da emenda da Comiss ão de Trabalho.

A mat éria aguarda designa ç ão de relator na CCJ.

Comiss ão de Seguran ç a P ública e Combate ao Crime Organizado

Carga hor ária semanal m áxima para operadores de seguran ç a A Comiss ão rejeitou o PL 5.799/2009, deputado Capit ão Assum ç ão (PSB-ES) e pela aprova ç ão do PL 6.399/2009, apensado.

A mat éria estipula carga hor ária semanal m áxima para os operadores de seguran ç a que especifica, tais como os que comp ãem os organismos militares estaduais, pol ícia judici ária e guardas municipais.

O relator da mat éria foi o deputado Moreira Mendes (PSD-RO). A proposta aguarda designa ç ão de relator na Comiss ão de Trabalho, de Administra ç ão e Servi ç o P úblico e tamb ém ser á analisado pelas comiss ões de Finan ças e Tributa ç ão; e de Constitui ç ão, Justi ç a e Cidadania.

Pol ícias militares e os corpos de bombeiros militares Aprovou tamb ém o PL 4.446/2012, do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que altera o Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as pol ícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos territ órios e do Distrito Federal, e d á outras provid ências, para redefinir os cargos considerados no exerc ício de fun ç ão policial-militar.No colegiado foi aprovado o parecer do relator, deputado Otoniel Lima (PRB-SP), pela aprova ç ão com emenda.

Comiss ão de Trabalho, de Administra ç ão e Servi ç o P úblico **Responsabilidade solid ária nos contratos de trabalho em carvoarias** A Comiss ão de Trabalho aprovou o

Requerimento 242/2013, do deputado Laercio Oliveira (PR-SE), para realiza ç ão de audi ência p ública para discutir o PL 603/2011, que acrescenta o artigo 455-A a CLT para dispor sobre responsabilidade solid ária nos contratos de trabalho em carvoarias.

T écnicos em seguran ç a no trabalho Aprovou ainda o Requerimento 249/2013, do deputado Vicentinho (PT-SP), para realiza ç ão de audi ência p ública para debater a atua ç ão dos t écnicos em seguran ç a no trabalho.

Órg ãos da Justi ç a do Trabalho Tamb ém foi aprovado o PL 2.322/2011, do deputado Jo ão Dado (PDT-SP), que atualiza a reda ç ão da Consolida ç ão das Leis do Trabalho, na parte que disp õe sobre os órg ãos da Justi ç a do Trabalho.

O projeto atualiza muitas defasadas adaptando a legisla ç ão às novas tecnologias (nomenclaturas).

O deputado Roberto Santiago (PSD-SP), relator da proposta, proferiu parecer com complementa ç ão de voto, pela aprova ç ão deste e das subemendas apresentadas na comiss ão.

Foram apresentados votos em separado dos deputados Armando Verg ílio (PSD-GO), Walter Ihoshi (PSD-SP), Augusto Coutinho (DEM-PE) e Sílvia Costa (PTB-PE).A mat éria aguarda designa ç ão de relator na CCJ.

Piso salarial nacional dos radialistas Outra mat éria aprovada pela comiss ão foi o PL 3.982/2012, do deputado Andre Moura (PSC-SE), que fixa o piso salarial nacional dos radialistas.

O colegiado aprovou o parecer favor ável do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR), na forma de substitutivo.

A proposta aguarda designar relator CCJ.

Senado Federal Plen ário Os senadores aprovaram a Medida Provis ória 606/13, que facilita a concess ão de seguro para exporta ç ão de avi ões. Transformada no PLV 13/2013, a MP trata do uso do Seguro de Cr édito à Exporta ç ão (SCE) em compras de aeronaves brasileiras mesmo quando a empresa a érea n ão for a devedora direta da opera ç ão de financiamento. A mat éria segue para san ç ão presidencial.A MP 606 tamb ém altera regras relativas ao repasse do Fundo de Manuten ç ão e

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e amplia o prazo para inscrição de empresas no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga. **Comissão de Assuntos Econômicos**

Aumento excessivo das tarifas aéreas Os senadores aprovaram o Requerimento 33/2013, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para realização de audiência pública na terça-feira (4). O tema que será debatido são os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano. Foram convidados o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (Snea); do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); da TAM; da GOL; e da Azul. **Conjuntura econômica nacional** Também foi aprovado nesta reunião o Requerimento 35/13, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), para a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além das perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos. Foram convidados Ilan Goldfán, economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, ex-diretor de política econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999); Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Alexandre Schwartzman, consultor e ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006); Delfim Netto, consultor e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento; Monica de Bolle, diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG), economista-chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006; e Murilo Portugal, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). **Avanços do novo marco do Pré-sal** O colegiado aprovou o Requerimento 34/2013, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado. Foram convidados os representantes do Ministério de Minas e Energia; presidente da Petrobras; diretora-presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP); e Aloísio Araújo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Mapa da indústria 2013 Também foi aprovado extrapauta o requerimento 37/2013, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), para realização de audiência pública para a apresentação do Mapa da Indústria 2013, com a presença do senhor Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 aponta o caminho que a indústria e o Brasil devem percorrer na próxima década para aumentar os níveis de produtividade e eficiência e alcançar um elevado grau de competitividade, respeitando os critérios de sustentabilidade. Serão apresentados na audiência os resultados dos debates e das contribuições de 520 pessoas, entre empresários, executivos, acadêmicos e presidentes de associações nacionais setoriais e federações de indústrias, o Mapa identifica os dez fatores chave para a competitividade brasileira, que podem ser classificados em quatro grupos. **Comissão de Assuntos Sociais Atividade de condução de veículos de emergência** A Comissão aprovou o PLC 105/2012, do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), que regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência. Segundo a proposta que regula a atividade de condutor de veículos de ambulância e de veículos de emergência, além dos requisitos para o exercício da atividade profissional préve que os profissionais devem demonstrar aptidão para o exercício da atividade, sendo periodicamente avaliados. Assegura aos condutores de veículos de emergência, a expensas do empregador, benefícios de treinamentos especializados e reciclagem. E veda ao empregador incumbir ao condutor de veículos de emergência atribuição distinta da prevista em sua CNH, salvo em situações de urgência nas quais sejam necessários procedimentos de primeiros socorros. E ainda estabelece aos infratores dos dispositivos previstos na lei que incorrerão na multa de R\$ 1 mil por condutor, aplicada em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. O colegiado apreciou o parecer do relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), pela aprovação com emenda. A matéria aprovada em decisão terminativa. Caso não seja apresentado recurso e as emendas acatadas no parecer do relator não for de mérito, a matéria segue para sanção presidencial. **Comissão de Constituição e Justiça Remuneração de servidores** A Comissão aprovou a PEC 3/2012, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que altera o parágrafo 6º do artigo 39 da Constituição Federal, para estabelecer a

obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

A matéria modifica a redação do parágrafo 6º do artigo 39 da Constituição Federal, para acrescentar que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário divulguem mensalmente e nominalmente a remuneração paga a seus membros e servidores, ressalvados os casos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O parecer aprovado é do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC) com voto favorável, com emenda que altera a redação do parágrafo 6º do artigo 39 da Constituição Federal, que determinado que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos e divulgarão, mensalmente e mediante relação nominal, os valores pagos, a qualquer título, aos seus membros e aos seus servidores, inclusive das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ressalvados, motivadamente, os casos cujo sigilo da identificação do servidor seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Fonte: DIAP A matéria ainda deve ser discutida e votada no plenário do Senado Federal.

Jorge Caetano Fermino